

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,  
REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE  
MARÇO DE DOIS MIL E DEZANOVE**

----- No dia vinte e dois de março de dois mil e dezanove, teve lugar no Solar do Vinho do Dão, a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Henriques Mota de Faria, secretariado pelo Senhor Paulo Jorge de Almeida Pereira, como Primeiro Secretário e pela Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, como Segunda Secretária. -----

A Sessão teve início às nove horas e trinta e um minutos, tendo-se verificado as faltas do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Coutos de Viseu Fernando Manuel Leitão de Almeida (justificada) e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de France Fernando Martins Machado (justificada).-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Bom dia a todos. Cumprimentava o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados, os Senhores Presidentes de Junta, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

O registo de presenças que já foi efetuado, e permite verificar que temos a existência de quórum, pelo que, estão reunidas as condições para dar início aos trabalhos desta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu.-----

A Sessão Extraordinária convocada para hoje foi requerida pelo Senhor Presidente da Câmara nos termos do n.º 1 do art.º 28.º da Lei nº 75/2013, de 12 setembro conjugado com alínea a) do n.º 1 do art.º 30º do Regimento, em virtude da urgência das deliberações tomadas pelo Executivo Municipal na sua reunião de 07-03-2019 e que carecem de deliberação desta Assembleia Municipal.-----

Uma vez que estamos numa Sessão Extraordinária não haverá o Período Antes da Ordem do Dia.-----

Informamos que:-----

Em resposta à convocatória para esta Sessão Extraordinária recebemos diversas comunicações de indisponibilidade de presença nesta sessão e vários pedidos de substituição.-----

No período de 18 de março a 10 de abril, o Deputado Municipal José Hélder do Amaral do CDS é substituído, por Francisco André Dinis Reis Mendes da Silva;-----

A Deputada Municipal Ana Paula de Figueiredo Simões Gomes Santana do PSD é substituída, nesta sessão, por Ana Paula dos Reis Madeira;-----

O Deputado Municipal da CDU Francisco Manuel de Almeida é substituído, nesta sessão, por Maria Filomena de Matos Pires;-----

A Deputada Municipal Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes do PSD é substituída, nesta sessão, por Adolfo César Cardoso Seixas Lopes Pereira;-----

A Deputada Municipal Rosa Filomena Brás Monteiro Lopes do PS é substituída, nesta sessão, por Manuel José Moleiro Mirandez;-----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Mundão, Liliana Natércia dos Santos Tavares, informou que se faz substituir nesta sessão por Luís Carvalho Duarte;-----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Silgueiros, José Augusto Henriques Mota, informou que se faz substituir nesta sessão por Luís Miguel Figueiredo Lopes, a quem damos as boas vindas por ser a primeira vez que se encontra nesta Assembleia Municipal. Antes de iniciarmos a apreciação dos pontos agendados propomos que:-----

Para efeitos de execução imediata, as deliberações sejam aprovadas em minuta, conforme o preceituado nos n.ºs 3 e 4 do Artigo nº 57, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. Quem vota contra? Quem se abstém? Por isso, foi aprovado por unanimidade que as deliberações sejam aprovadas em minuta, até porque, temos urgência em termos da

situação.-----

Os documentos em apreciação foram colocados à disposição de todos os membros da Assembleia Municipal, pelo que estamos em condições de iniciar os trabalhos.-----

Apelava à vossa compreensão só dois aspetos muito rápidos.-----

Antes de iniciarmos esta discussão não posso deixar também de fazer algumas considerações sobre este processo de Transferência de Competências com a legislação que está a ser aprovada, direi, em pacotes sucessivos, de um modo avulso, sem uma aparente relação, sem um critério minimamente compreensível e que está a obrigar a reuniões sucessivas a meio do ano para deliberação. Já tivemos em janeiro, temos agora em março, e produzindo sempre efeitos, que é um modo também não compreensível, sempre a 1 de janeiro de 2019, e mesmo assim, mesmo com estes pacotes sem a totalidade dos documentos de suporte necessários a uma avaliação que se quer fundamentada e rigorosa. É de nos questionarmos todos, do porquê? E para quê? Com o ano a decorrer, temos que ter toda paciência, porque temos que cumprir a nossa missão, mas não podemos deixar de lamentar que um processo de descentralização, direi até mais correto, de Transferência de Competências tão necessário que é para o nosso desenvolvimento esteja a ser conduzido desta maneira. Estes pacotes sucessivos, estas sucessivas reuniões descredibilizam-no e levantam logo à partida muitas dúvidas e interrogações em relação, por um lado à vontade que está a haver desta implementação e também à eficácia do seu resultado final.-----

Entrando na Ordem de Trabalhos dava de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para tratar do Ponto Um (1) da Ordem de Trabalhos.-----

---- **UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado. Senhor Presidente, Digníssima Mesa, Senhor Vice-Presidente, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, todas e todos saúdo com amizade, e desde já solicitava ao Senhor Presidente que, até porque as matérias estão conectadas, que apresentaria o Ponto Um (1) e o Ponto Dois (2) em simultâneo, para escusar estar a repetir os mesmos argumentos num e noutro.-----

Gostava exatamente por realçar aquilo que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal acabou de fazer. A verdade é que esta matéria é demasiado importante para todos. Eu sou dos que entendo que independentemente de não se terem atingido os objetivos que se deveriam ter atingido, o processo de descentralização é extremamente importante, e direi mais, o processo de descentralização só estará concluído se for complementado com um processo efetivo de regionalização. Esta é uma posição que todos me conhecem desde há muitos anos, e que entendo que deveria ter sido o caminho seguido. Por outro lado eu quase que poderia dizer às Senhoras e aos Senhores Deputados que reproduzia hoje tudo aquilo que disse na última Assembleia Municipal em que falámos sobre estas matérias, porque os argumentos são exatamente os mesmos, e portanto, não vou repetir um conjunto de argumentos que utilizei na altura. Há aqui uma *nuance* que nos poderia permitir não termos que estar a passar por todo este processo que o Senhor Presidente da Assembleia referia. A Assembleia da República aprovou um Projeto de Resolução que recomendava ao Governo que pusesse a data de 30 de junho como a data mandatária para a conclusão destes processos, ora, isto teria permitido o quê? Que todos os municípios do país tinham tratado deste processo e faziam uma Assembleia em junho em que todos os processos eram todos tratados ao mesmo tempo, isso fazia muito mais sentido. Por outro lado, só para vos dar uma informação, ainda ontem levei à Reunião de Câmara a não aceitação dos valores na Área da Saúde, reparem, aqui até estamos a falar em dois tempos, ainda não se trata de dizermos se queremos ou não assumir as competências na área da saúde, trata-se só para já de dizer que os valores que nos foram enviados, do nosso ponto de vista são um terço dos valores reais de custos que nós teríamos que assumir no domínio da descentralização da Saúde, para se verificar como este processo está aqui a ser tratado de uma forma que, do nosso ponto de vista não é a mais indicada.-----

Hoje temos duas matérias para tratar, gostava só de referir que nós aceitámos

competências em quatro áreas até agora, Habitação, Estacionamento Público, Lojas e Espaços do Cidadão e Património Público sem Utilização, e que nas duas matérias que hoje estamos aqui a tratar não tivemos dúvidas em aceitar as competências na Área da Cultura, no fundo não estamos a aceitar grandes competências, estamos a aceitar fazer o que já fazemos, porque se não fossem as autarquias, no domínio da cultura o panorama seria seguramente muito pobre do ponto de vista do país. No nosso caso concreto qual é o único impacto direto que tem? É que a Cava do Viriato deixa de ser da responsabilidade do Estado Central e passa a ser da responsabilidade da Autarquia, mas, no fundo já era, a classificação que tem mantém-se mas no fundo, estive a tentar ver, nos últimos 30 anos não encontrei momento nenhum em que o Estado Central diretamente tivesse investido alguma coisa na Cava do Viriato a não ser através do programa comunitário quando foi do Viseu Polis, enfim, naquele passado e algum ordenamento que existiu na Cava de Viriato, portanto, não temos aqui grandes dúvidas em aceitar esta competência, estamos em condições de efetivamente de imediato avançarmos para o que aqui está contido, apesar de que, aqui não há propriamente transferências financeiras do Estado Central. O Estado Central diz assim: Fiquem lá com a Cava de Viriato mas não vos transferimos dinheiro nenhum. Enfim, também já não transferiam, não se perde nada.-----

Já em relação ao outro ponto, à Proteção e Saúde Animal e de Segurança dos Alimentos, entendemos que esta é claramente uma área onde nós também podemos marcar a diferença do ponto de vista da qualidade do serviço prestado na proximidade. A verdade é que o Município de Viseu e penso que quase nenhum município do país estará preparado neste momento para poder assumir estas competências. Nós temos hoje um Médico Veterinário e temos uma estrutura muito pequena porque quase não tínhamos competências nestas áreas, ora, implica o trabalho que estamos a fazer, é de preparar uma estrutura interna que nos permita assumir este conjunto de responsabilidades de fiscalizações e de idas ao terreno, e isto precisa de tempo, portanto, nós o que estamos a dizer é: Achamos que esta é claramente uma competência que iremos assumir no limite, portanto, iremos assumir em 2020, mas para já ainda temos que estruturar os serviços no sentido deles estarem preparados, além de que aqui também continua a existir alguma indefinição de quais são as verbas que o Estado Central vai transferir para as autarquias locais, e portanto, racionalmente, que é como temos feito estes processos, este processo não pode ser avaliado com o calor nem com a lógica só política, designadamente o Partido Socialista tem tido aqui, aprovar tudo. Mas como aprovar tudo se as condições não estão criadas? Ainda ontem nesta questão da Saúde o Partido Socialista votava em dessintonia dizendo: Assumam a Área da Saúde independentemente dos valores que foram enviados pelo Estado Central. Não pode ser. Nós estamos a gerir uma casa que é o nosso município e temos que ter aqui a cobertura orçamental devida para as competências que vamos receber, portanto, sempre dissemos em todos os momentos, e corroborado pelos autarcas e também pela Associação Nacional de Municípios de que o envelope financeiro seria decisivo para a assunção de competência, continuo a dizer, e termino aqui, não vale a pena expandir muito mais esta intervenção, continuo a achar que há pelo menos dois *dossiers* que têm que ser revisitados de imediato, diria que, após as Eleições Legislativas deste ano, qualquer Governo que venha a tomar posse, e tenho dito isto na Associação Nacional de Municípios, e vou continuar a dizer, o dossier da Saúde, e designadamente o dossier da relação com as Juntas de Freguesia, do meu ponto de vista devem ser reabertos, um deles para ser ainda mais aprofundado e o outro para ser corrigido, e portanto, este também não é um processo esgotado, é um processo que está em curso, e portanto, é perfeitamente normal o caminho que se fez, e eu continuo a achar que há méritos neste caminho porque é preferível fazer este caminho do que não fazer nenhum, por outro lado como eu costumo dizer, os astros estavam alinhados, havia vontade da parte do governo que era importante, porque sem a vontade do Governo isto não era feito, havia vontade também do principal partido da oposição, que efetivamente celebrou um acordo com o Governo nesta matéria, o Senhor Presidente da República também estava conectado com este princípio e a

Associação Nacional de Municípios e a Associação Nacional das Freguesias também estavam conectadas, portanto, havia aqui uma conexão de vontades que podíamos não voltar a ter nos próximos tempos, e portanto, desse ponto de vista acho que, há aqui um aspeto positivo, agora de facto, a forma como isto está a ser tratado, sermos obrigados a convocar sucessivas Assembleias Municipais para tratar deste tipo de pontos, enfim, parece-me de facto pouco correto do ponto de vista do funcionamento, já nem ponho em causa a questão dos custos, há colegas meus que têm falado dos custos, a democracia tem os seus custos, e portanto, eu nunca questiono aquilo que são os custos do funcionamento democrático, mas convenhamos que estes assuntos podiam ser tratados nas Assembleias ordinárias, e se efetivamente o Governo tivesse seguido a recomendação... nem percebo muito bem porque é que a Assembleia da República vota recomendações, votam uma recomendação, e depois o Governo faz daquilo tábua rasa, quando era uma recomendação racional, é: Aplique-se tudo ao mesmo tempo, defina-se a data de 30 de junho para aplicação dos vários diplomas, e estaríamos a fazer aqui isto de uma forma muito mais concertada. Da nossa parte enquanto município, o que é que vos posso garantir? É que vamos continuar a analisar com muita profundidade e com muito sentido de responsabilidade cada uma das matérias, e mesmo que entendamos que possamos fazer melhor, primeiro é preciso acautelar se estamos preparados nalguns casos, e noutros casos se efetivamente o envelope financeiro que o Governo está aqui a alocar se é ou não suficiente. Por exemplo, no caso da Saúde é claramente insuficiente, estamos à espera que chegue, aliás, já devia ter chegado, ainda não recebemos a proposta do Governo em termos de Educação, até ao momento não temos conhecimento, aliás, temos reunião da Associação Nacional de Municípios na próxima 3ª feira e vamos perceber porque é que o governo aqui também não está a cumprir o prazo que estava definido, mas portanto, aquilo que posso garantir às Senhoras e aos Senhores Membros da Assembleia é que nós vamos continuar sempre a olhar para este processo de descentralização com o sentido de responsabilidade que temos olhado, e na perspetiva sempre com um princípio que é este: É melhor para os cidadãos, devemos seguir o caminho, não é melhor para os cidadãos, é melhor estar como estamos. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Está aberta a discussão. Algum Senhor Deputado quer usar da palavra? Tem a palavra o Deputado Rafael Amaro.-----

----- **DOIS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MANUEL ANTUNES RAFAEL AMARO (PS):** Senhor Presidente, Excelentíssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Colegas Membros da Assembleia Senhoras, Senhoras Presidentes de Junta, Senhores Presidentes de Junta, Senhores Jornalistas, Excelentíssimo Público.-----

Senhor Presidente, os argumentos que já aqui aduzimos na última Assembleia em que se trataram estes assuntos da transferência de competências, não são muito diferentes dos que eu vou hoje aqui utilizar, poderia é de algum modo clarificar um ponto ou outro, ou seja, a nossa posição é uma posição de princípio, e é uma posição de princípio responsável neste sentido: Significa que, o princípio a que obedece do ponto de vista político esta transferência de competências, é um princípio com o qual concordamos, reconhecemos no entanto, e por isso, o período transitório que é dado para esta matéria penso que foi uma boa ideia, reconhecemos no entanto que os municípios, e neste caso o Município de Viseu, tendo os dados que nós não temos sobre a capacidade ou a não capacidade de poder aceitar desde já as competências que lhe são atribuídas, reconhecemos que os municípios, e neste caso o Senhor Presidente da Câmara tem toda a legitimidade e tem todo o direito de dizer o que é que pode aceitar ou não aceitar neste momento. A nós, e gostaria de dizer isto, compete-nos analisar o princípio e reconhecer esse princípio como bom e votar obviamente nesse sentido. E porque é que fazemos assim? E aqui é que pode haver alguma explicação que pode parecer menos clara. Porque seria uma irresponsabilidade estar a ter um outro voto quando nós não temos, eu pelo menos não tenho, nem tenho a obrigação de

ter, e digo já porquê, os elementos que seriam elementos essenciais para eu poder decidir de outra forma, ou seja, não conheço em pormenor, nem o pacote financeiro necessário, nem os valores que são necessários e se dissesse isso era mentir, como não conheço em pormenor as competências que o município tem para assegurar desde já esta ou aquela transferência. Seria de outra maneira, já que estamos a falar em metodologia, seria de outra forma se o Senhor Presidente da Câmara antes de qualquer decisão colocasse em cima da mesa uma negociação prévia ou uma reunião prévia com ao partidos da oposição dizendo-lhes claramente, as competências que temos são estas, o pacote financeiro que é necessário é este, esta é a situação, e então perante esta situação até poderia ser outra a nossa opção ou a nossa posição. Ora, não é isso que é feito, o Senhor Presidente limita-se a fazer uma reunião, diz aos Vereadores qual é a sua posição, e obviamente que os Vereadores que caminhem, e os Deputados da Assembleia Municipal que caminhem por si, e vão tentar ver se têm ou não, digamos que, esse conhecimento para poder decidir. Ora, nesta matéria, o que neste sentido se deve fazer é, se o princípio é bom, vota-se o princípio, se do ponto de vista do município acha que não há essas competências para poder assegurar a respetiva transferência, ou o pacote financeiro não é o que necessita, então, está no seu direito de poder adiar e é o que está a fazer, e portanto, ir por esse caminho, portanto, esta é a posição, e é por isso a nossa posição de princípio, que é uma posição de princípio perfeitamente justificável. Outros terão outra posição porque não concordam com o princípio. Ora, este princípio para nós é bom. Outra ideia que eu queria também deixar porque foi aqui levantado, também deixar claro que, reconheço que a forma como está a ser feita aos pinguinhos nas Assembleias Municipais, e a obrigar a assembleias extraordinárias, talvez não seja a melhor opção, e eu acho que poderia ser outra a opção mas anotei com apreço aquilo que o Senhor Presidente da Câmara disse que, apesar de todos estes contratempos esta transferência de competências é boa e como tal, digamos que, compensa plenamente algumas das metodologias que podem não ser as mais corretas deste ponto de vista, e eu estou também completamente de acordo. Outra ideia que eu gostaria de deixar também é porque, no debate político isto costuma aparecer, é misturar esta descentralização com a regionalização. Eu sou desde sempre um partidário da regionalização e considero que, e sempre considerei, que, não se ter levado a cabo a regionalização até agora é a meu ver, e o 25 de Abril está aí para ser comemorado, a meu ver uma das grandes lacunas daquilo que é o Portugal Democrático naquilo que diz respeito à política administrativa e sobretudo à política de descentralização. Portugal é ainda hoje, mesmo com esta transferência de competências para as autarquias locais, é ainda hoje dos países da OCDE o país mais centralista, ou seja, aquele que menos transfere em percentagem do PIB, que menos transfere para o poder autárquico, e portanto, ainda hoje é assim, e mesmo com esta política de transferências não vai subir muito nesse mesmo ranking, agora, no que diz respeito à regionalização isso é outro problema porque a regionalização não vai implicar com esta política de transferências. Espero que na próxima legislatura possa haver um consenso partidário e político na sociedade portuguesa para que se possa fazer essa regionalização, mas uma coisa não tem a ver com a outra. Gostaria também de dizer que, e isso não foi referido pelo Senhor Presidente, foi referido noutra perspetiva, gostaria também de dizer que, esta transferência de competências tem desde logo também uma particularidade muito importante que é, o facto de os municípios dizerem, nomeadamente para esta transferência de competências no que diz respeito à Saúde Animal e Segurança dos Alimentos, o facto de estas transferências serem feitas mesmo os municípios que não estão, como é o caso do de Viseu, mostra que não está ainda preparado para a poder receber, tem também esta particularidade que a meu ver é boa, que é, obrigar os municípios, que provavelmente de mote próprio não colocariam isso na agenda política, digamos que, como prioritário, obriga portanto os municípios, e neste caso em particular a criar essas mesmas condições e portanto, se essas condições já existissem no município dado que não me parece que seja por razões financeiras, provavelmente a descentralização de



competências já poderia ter sido feita, aliás lembro aqui que, não sei já a data, mas que em devido tempo os Vereadores do Partido Socialista na Câmara Municipal apresentaram uma proposta, a elaboração de um projeto de regulamento municipal do animal que foi chumbada nessa altura pelo próprio executivo, e portanto, provavelmente se isso tivesse sido colocado na agenda política provavelmente neste momento estaríamos em condições de votar aqui em uníssono este mesmo projeto de transferências. Resumindo, eu diria que o Partido Socialista vai votar favoravelmente por esta aceitação, discordando mais uma vez com o Senhor Presidente mas com as ressalvas que eu agora acabei de aqui trazer.----  
Muito obrigado.-----

---- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Filomena Pires.-----

---- **TRÊS – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Muito bom dia a todas as pessoas aqui presentes. Excelentíssimos Senhores.-----

A Lei da transferência de competências para as autarquias (Lei 50/2018) e a de alteração à Lei do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei 51/2018), aprovadas no final da sessão legislativa, confirmam a consagração do subfinanciamento do poder local e a transferência de encargos em áreas e domínios vários, colocando novos e sérios problemas à gestão das autarquias e, sobretudo, à resposta aos problemas das populações.-----

O processo de transferência de competências em curso, longe de satisfazer os objetivos constitucionalmente consagrados para a descentralização, configura, em geral, a mera desconcentração de competências para a execução de atos materiais com autonomia administrativa e financeira.-----

Em praticamente todos os domínios, apenas são transferidas para as autarquias competências de mera execução, o que as coloca numa situação semelhante à de extensões dos órgãos do Poder Central e multiplica as situações de tutela à revelia da Constituição, contribuindo para corroer a autonomia do Poder Local.-----

Para lá das razões mais substanciais quanto ao conteúdo e natureza do processo, este facto só por si justificava que o município rejeitasse responsabilidades relativamente às quais não há qualquer garantia legal de virem acompanhadas de meios financeiros.-----

Aliás, é o próprio Município de Viseu que, para justificar a não aceitação da “competência” que o Governo lhe quer atribuir no domínio de proteção e saúde animal e de segurança dos alimentos que reconhece e cito: “que há ainda indefinições dos valores e das responsabilidades a assumir...”. Vai esta constatação do Executivo ao encontro dos argumentos do PCP para a rejeição global dos diplomas. Contudo, a Câmara não é consentânea com o que proclama, caindo, aliás, numa contradição insanável. Pois se existe este reconhecimento de “indefinições dos valores e das responsabilidades a assumir...”, porque aceita umas competências e não aceita outras? A “descentralização” ou é boa e se aceita ou é má e se rejeita. Ir à “caixa” e escolher a fruta à peça segundo o apetite momentâneo, tem um nome: oportunismo!-----

A competência que aceita, no domínio da cultura, justifica-a a Câmara “com os programas já desenvolvidos pelo município, nomeadamente a rede cultural e o apoio à dinamização de atividades culturais...”. Ora, nenhuma dessas competências consta do leque de medidas a descentralizar, logo não é um ganho para os poderes do município. Aliás, esse devia ser verdadeiramente o argumento para rejeitar a pretensão do Governo, na medida em que a Câmara tem essas competências em execução no âmbito da autonomia do poder local, sem necessitar de descentralização.-----

Vejam como algumas opiniões políticas são voláteis. Há bem pouco tempo ouvíamos o Senhor Presidente congratular-se, congratulação a que a CDU e esta Assembleia se associaram, pela passagem do Museu Grão Vasco a Museu Nacional, sob a jurisdição e tutela do Estado Central. Como então se disse, ficámos todos felizes com a sua elevação à primeira categoria do património museológico nacional, porque isso permitiria mais investimento, maior visibilidade, maior reconhecimento pelo acervo aqui depositado. Hoje

vem aqui enaltecer as virtudes de aceitar a “descentralização cultural”. Esperemos não ter de ouvir um dia destes o Senhor Presidente a dizer, que passámos de “cavalo para burro”, em matéria de gestão desse património incomensurável, nacional e universal, que é o Museu Grão Vasco e o seu espólio.-----

Já o PS, através dos seus vereadores, assumiu de forma seguidista e sem novidades o papel de defensor da proposta do Governo. Dizem que “as autarquias locais são a estrutura fundamental para a gestão de serviços públicos numa dimensão de proximidade”, fim de citação. Discordo em absoluto, pois reconheço que só o Estado pode assegurar um serviço público universal, em igualdade de oportunidades e com qualidade. Não resisto mesmo a perguntar aos eleitos do PS: Serão as CIMs autarquias? Se o não são, como constitucionalmente não são, como se justifica a “descentralização” de competências de gestão que lhe são atribuídas em várias matérias, neste Decreto-Lei? Passar responsabilidades dos Municípios para as CIMs, de baixo para cima, é que é um processo descentralizador? Podem afirmar convictamente que são realmente as CIMs e esta descentralização que asseguram a “gestão integrada” e o “escrutínio legal” “do exercício de cargos políticos”?-----

Então e aquele amor reiterado e infinito pela regionalização, constitucionalmente consagrada, esvaiu-se com este processo reformista e transparente da descentralização?----

A apreciação geral sobre o processo, o conjunto de implicações financeiras, humanas e organizacionais, a ausência de conhecimento sobre as matérias a transferir, deviam ter conduzido a que, responsavelmente e na defesa dos interesses quer da autarquia quer da população, se rejeitasse a assunção para 2019, das novas competências. Ficou o Executivo numa posição de “pesca à linha”, de não resistir à ilusão de ter mais competências, mesmo que seja para no futuro as entregar a privados, como já fez com as cantinas escolares e a limpeza de alguns espaços públicos, com os péssimos resultados que conhecemos.-----

Mas este é o momento para os eleitos desta Assembleia Municipal, no respeito pelas próprias conclusões sobre a matéria atrás citada, quer do PS quer do PSD, recusarem um processo em tudo contrário aos interesses das autarquias e das populações.-----  
Muito obrigada.-----

---- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado Francisco Mendes da Silva.-----

---- **QUATRO – O SENHOR DEPUTADO FRANCISCO ANDRÉ DINIS REIS MENDES DA SILVA (CDS/PP):** Senhor Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhores Membros da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores.-----

Quer dizer, a vantagem disto vir às pinguinhas como já aqui foi dito, é que nós podemos sintetizar os nossos argumentos que já foram ditos. Eu aqui reitero e dou por repetidos e reproduzidos argumentos que o CDS já aqui trouxe na última Assembleia Municipal em que se discutiu esta matéria e que passo a resumir: O CDS é a favor de qualquer processo de descentralização em princípio, é óbvio, mas nós não aprovamos qualquer medida de descentralização só porque em princípio somos a favor dela. Saber distinguir o princípio da aplicação concreta é a primeira regra da responsabilidade política ao contrário do que aqui foi dito pelo Senhor Membro da Assembleia que veio representar o Partido Socialista. Uma coisa é o princípio, outra coisa são os efeitos que as medidas concretas têm na vida das pessoas e na vida do município, e portanto, aquilo que o CDS disse, e aqui diz de novo é o seguinte: A transferência de competências tem efeitos e esses efeitos verificam-se desde logo na capacidade que o município, que os seus serviços têm ou não de cumprir essas competências. Ora, quem aqui pode fazer a interpretação melhor, nós podemos acreditar mais ou menos, mas não há ninguém que consiga fazer melhor a interpretação daquilo aquilo que os serviços municipais dizem que conseguem fazer do que a Câmara Municipal. Eu detesto, devo dizer, que me calhe sempre a vinda à Assembleia Municipal quando de forma mais ou menos velada eu tenho que estar do lado da Câmara Municipal, mas é um princípio de responsabilidade meus amigos. Eu julgo que nunca tinha visto um princípio de irresponsabilidade tão bem exposto como aquele que nos foi trazido aqui pelo PS, que

diz: Bem, nós somos por princípio a favor da descentralização, confirmamos que não sabemos se o município tem capacidade para cumprir as competências, como não sabemos, vamos votar pelo princípio. Foi isso mais ou menos que aconteceu em Borba, não sei se têm a noção, eu reitero, ou seja: Havia competências municipais para as quais não havia meios, mas as competências estavam lá, em termos de princípio era um princípio espetacular, mas depois caiu uma ponte, ou enfim, ruiu uma estrada por incúria, por falta de meios dos municípios e por falta de certeza sobre as competências do Estado Central e as competências do município, portanto, votar a favor do princípio independentemente... aliás, é mais do que isto, uma coisa é votar a favor do princípio independentemente de se saber qual é a aplicação concreta e os efeitos concretos da aplicação da medida, já é suficientemente mau, dizer isso, dizer que se vai votar a favor do princípio mesmo sabendo que provavelmente os serviços municipais não têm os meios, e até se pode dizer que se calhar a câmara devia ter sido mais específica, mais concreta na sua justificação, certo! Mas, o que me é dito, o que me é dito aqui é que os serviços municipais transmitiram à Câmara Municipal que não têm meios, e eu vou obrigar o município a assumir competências para as quais diz que não tem meios? Enfim, em termos de incúria e atuação trôpega, parece-me que o processo de descentralização está equiparado à posição que o Partido Socialista aqui veio trazer e portanto, Senhor Presidente, a posição do CDS é a mesma da que aqui já trouxe da última vez que aqui discutimos este tema. O CDS acompanhará as propostas da câmara porque não tem meios para confiar que seja de outra forma, com uma *nuance*, e tem a ver com a Segurança Alimentar, com a Segurança Animal. Mesmo que a câmara dissesse que queria esta competência, muito provavelmente o CDS votaria contra e recomendaria que não aceitasse por uma razão: Esta matéria é provavelmente de todas aquela em que se vê as falhas e insuficiências deste processo de descentralização. Não sei se os Senhores Membros da Assembleia têm noção há muita gente que na região de Viseu deve ter porque se dedica à agropecuária, a segurança alimentar, a segurança animal é das funções o estado que está mais pejada de taxas e taxinhas, financiamento estatal em toda a cadeia, é uma coisa inacreditável onde se vê mais o folgo do estado a inventar formas de financiamento que se sobrepõem umas às outras sem justificação, com problemas de inconstitucionalidades gritantes, etc. etc. Ora, o que se sabe até agora, portanto, o estado tem um acervo financeiro nessa matéria que é gigantesco e até agora, ao que eu saiba, e que eu tenha estudado, não se sabe o que é que vai passar disso, se é que vai passar alguma coisa para os municípios, e o que me parece é que o estado... que muitas dessas taxas fazem parte de uma coisa chamada Fundo de Segurança Alimentar que gere várias dezenas de milhões de euros por ano. O que é que disso vai passara para os municípios? Não se sabe, e portanto, estamos numa situação de um limbo, ou de uma indefinição brutal aqui que recomenda que obviamente os municípios não aceitem essas competências, e portanto Senhor Presidente, mesmo que a câmara não propusesse aceitação dessas competências o CDS neste caso concreto votaria contra. Muito obrigado.

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Catarina Vieira.

----- **CINCO – A SENHORA DEPUTADA CATARINA ALEXANDRA VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Senhores Jornalistas, Senhores Funcionários em exercício.

O Bloco de Esquerda defende que a transferência de competências previstas na Lei para as autarquias locais não pode agravar as desigualdades territoriais e deve ocorrer apenas nas áreas em que os municípios estejam em melhores condições de assegurar o respetivo exercício. E não será admissível qualquer desresponsabilização do Estado Central nas funções sociais de âmbito universal como a Educação, a Saúde e a Cultura. Portanto, e considerando que o processo de transferência de competências na sequência da



publicação da Lei nº 50/2018 de 16 de Agosto tem sofrido significativos atrasos na concreta definição das matérias a transferir e que o montante do financiamento a atribuir a cada uma das autarquias locais, elemento fundamental no processo, permanece desconhecido;-- Tendo em conta que, embora a descentralização democrática da administração pública constitua um dos princípios fundamentais da organização e funcionamento do Estado, esta Lei resultou de um acordo apenas entre o governo PS e o PSD e a sua aprovação pela Assembleia da República teve a discordância de todas as outras forças políticas;----- Uma vez que, nos termos da Constituição, a descentralização administrativa tem que visar, entre outros objetivos, o reforço da coesão territorial e social, deve traduzir-se numa justa repartição de poderes entre o Estado e as autarquias locais para assegurar melhores políticas públicas e a resolução dos problemas das pessoas e dos territórios, e essa transferência de competências para as autarquias locais deve ser sempre acompanhada dos adequados meios humanos, patrimoniais e financeiros;----- Visto que nunca se poderá aceitar que as autarquias locais, invocando insuficiência de meios humanos ou de recursos técnicos, venham a concretizar as novas competências através da sua concessão a entidades privadas, pondo em causa o acesso universal pelas populações e promovendo a degradação do serviço público;----- Dado que não existe controlo democrático direto, ou seja, eleições, há falta de transparência na CIM Dão Lafões. O Bloco de Esquerda vota contra a transferência para o Município de Viseu e da Comunidade Intermunicipal das competências previstas na Lei nº 50/2018, no ano de 2019.-----

---- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado Teodósio.-----

---- **SEIS – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Caros Presidentes de Junta, Comunicação Social. Relativamente a esta matéria o PSD não tem nada a acrescentar, não há nada de novo relativamente à última Assembleia Municipal e portanto, a nossa fundamentação é rigorosamente a mesma da última vez, de qualquer forma importa aqui referir novamente duas ou três coisas que são extremamente importantes e que às vezes parece que nos esquecemos. O que nós estamos aqui a falar é de uma antecipação ou não da transferência de competências, e quando se fala muitas vezes aqui, em debate, em democracia, não me parece que este tenha sido um bom exemplo quando é dito, podem antecipar mas já sabem que em 2021 vão levar com isto tudo quer concordem quer não concordem. Não sei onde é que está a democracia nisto tudo, quando as partes não são suficientemente ouvidas, e portanto, quando este debate não é feito num patamar mais elevado acho que não fica muito bem vir-se aqui exigir esse mesmo diálogo num patamar mais inferior, e portanto, esta é a questão que está em conta.-----

Relativamente à metodologia da autarquia obviamente que nos parece ter sido e continuar a ser a metodologia correta, porquê? Está a tratar de uma forma casuística. O que é que isto quer dizer? Caso a caso, vamos analisar cada situação, e portanto, nada nem ninguém, isto já foi mais ou menos transversal, nada nem ninguém melhor do que a autarquia para perceber o impacto que cada uma das situações envolve e se tem ou se não tem capacidade de dar resposta positiva, porque acho que, a autarquia não é masoquista, não vai querer ficar com nada propositadamente para correr mal, portanto, à partida se fica com as coisas é para que corram efetivamente melhor, agora, preocupa-me, aquilo que aqui foi dito é que há transferência de competências em muitas áreas mas o envelope financeiro não sai de Lisboa, ninguém põe um selinho no envelope para vir dirigido para aqui. Isto é muito lindo, passa-se as competências mas os recursos continuam centralizados na capital. Portanto, a posição do Partido Social Democrata obviamente que é de concordância com a decisão do município porque está a avaliar cada situação de uma forma ponderada e vem-nos trazendo aqui para que seja, digamos que, de alguma forma homologada da nossa parte, e portanto, votaremos em conformidade com o que é proposto pela autarquia.

Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Há um segundo pedido de intervenção. Tem a palavra o Deputado Rafael Amaro.-----

----- **SETE – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MANUEL ANTUNES RAFAEL AMARO (PS):** Senhor Presidente renovo os cumprimentos, renovo os cumprimentos também a toda a Assembleia. O Senhor Membro da Assembleia representante do CDS disse aqui que, ou por azar ou por coincidência vem sempre quando se coloca alegadamente ao lado do executivo. Isso a mim não me faz nenhum problema porque deve colocar-se ao lado ou contra conforme a sua convicção. A única coisa que eu acho que já é coincidência é que o Senhor Membro da Assembleia representante do CDS aqui eu noto alguma implicância, portanto, já é a segunda vez e vou ter que lhe responder assim de uma forma talvez um bocadinho mais veemente para perceber que eu gosto de trocar argumentos mas não aceito determinado tipo de argumentos, neste caso argumentos de irresponsabilidade que o Senhor Deputado aqui manifestou, e eu queria dizer o seguinte: Duas coisas que me parecem que são importantes e que podem contribuir para clarificar o diálogo: A primeira é que, irresponsabilidade considero eu quando o Senhor Deputado traz aqui a estrada de Borba já outra vez, já da outra vez falou na estrada de Borba, não sei se é alguma fixação, mas isso sim é que me parece um pouco irresponsável porque são coisas que não estão aqui em discussão.-----

O outro é, eu perguntava... o Senhor Deputado diz aqui que é irresponsabilidade de quem não aceita aquilo que os serviços municipais disseram sobre se podem ou não podem, ou se têm ou não capacidade para aceitar a transferência de competências. Então eu pergunto, e o Senhor Deputado conhece o relatório ou aquilo que os serviços municipais disseram ao executivo, ou foi exclusivo para o CDS alguma informação sobre essa capacidade? É que irresponsável é o que o senhor aqui fez, que é aceitar ou não aceitar sem conhecer. O senhor tem conhecimento, conhece a informação? Eu como não conheço a informação voto no princípio, que é uma coisa que o senhor... aliás, o princípio nem o percebi aqui, portanto, essa é que é a diferença. O senhor vota sem nenhuma informação, portanto, isso sim, o que eu disse aqui e que é claro nesse aspeto, é que, compreendendo aquilo que pode ser uma posição, e deve ser dos municípios, quer contra o pacote financeiro que eu concordo, até lhe digo mais, concordo ainda em absoluto outra coisa, que a Associação Nacional de Municípios e que os Municípios sejam veementes quanto ao Poder Central, seja este governo ou seja outro, no sentido de que o pacote financeiro seja aquele que corresponda às responsabilidades que lhes são dadas, sabendo também eu que isto é um processo negocial e que nunca há-de haver Poder Central nenhum que vá satisfazer plenamente nenhum município, mas isso faz parte de qualquer negociação e eu acho isso politicamente normal. O que eu não acho normal e que fosse responsável da minha parte ou da parte do Partido Socialista que, sem conhecer porque é que o município não tem competência para assumir ou não esta transferência de competências eu viesse aqui dizer pode ou não pode. Eu não disse que pode ou não pode, eu disse que dava o benefício da dúvida ao Senhor Presidente por os elementos que tem, agora, eu não tenho, a não ser que o senhor conheça, eu não conheço quais são os elementos que os serviços municipais disseram, ou deram ao Senhor Presidente, porque isso não foi dado a ninguém, porque se me fosse dado isso eu podia averiguar, se eu conhecesse o que os Serviços Municipais disseram ao Senhor Presidente ou os serviços elaboraram um relatório, viram e disseram não pode assumir a esta competência porque não temos isto, isto, isto e isto, se eu tiver esses elementos, eu posso então sim, ter um voto em consciência, e isso é que seria irresponsável da minha parte se eu tivesse consciência disso e não o fizesse, como eu não tenho isso, como eu não tenho nada, eu só tenho o que diz o decreto, e tenho aquilo que o Senhor Presidente diz, eu tenho que, em responsabilidade votar apenas aquilo que é um princípio político, é só isso.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Mendes da Silva.-----

----- **OITO – O SENHOR DEPUTADO FRANCISCO ANDRÉ DINIS REIS MENDES DA SILVA (CDS/PP):** Muito obrigado Senhor Presidente. O Senhor Deputado deixe-me ver se eu consigo resumir:-----

Ponto um - O Partido Socialista é a favor do princípio;-----

Ponto dois - Diz que não sabe se o município tem capacidade técnica e financeira para assumir o cumprimento do princípio;-----

Ponto três - Diz que admite que não tenha;-----

Ponto quatro - Vota a favor.-----

Eu não sei se o Senhor Deputado quer que eu lhe faça um desenho, mas isto não é irresponsabilidade, isto é uma caricatura de irresponsabilidade.-----

Quando o Senhor Deputado aqui vem dizer que não sabe e a culpa é da câmara e se calhar o CDS... não, não, e eu disse aqui também, eu gostava se calhar de ter tido mais informação sobre isso, mas não a tendo, não me vou lançar para o abismo, isso pode ter a certeza que não vou, se calhar é por ser um partido conservador. O Partido Socialista talvez goste de se atirar para abismos, mas connosco não é assim, e mais, o seu cinismo atingiu níveis insuportáveis aqui, porque na sua primeira intervenção até disse que reconheceu que o município não tinha capacidade em termos de segurança alimentar, tanto que até disse, olhem, como não têm, agora esta até é uma oportunidade para terem, isto até é bom para terem. Ou o Senhor Presidente estava a mentir e eu não parto desse princípio ou então o município só tem um Veterinário, e o Senhor Deputado provavelmente ignora, seguramente que ignora, quais são as funções do Estado que quer passar para o município de fiscalização nesta área. Acha que um Veterinário é suficiente para verificar quotidianamente todas as explorações agropecuárias? Todas as redes de distribuição e retalho que existem? Sabe quais são os meios humanos, financeiros e técnicos que a Direção Geral de Alimentação e Veterinária utiliza por dia num Distrito como Viseu? Portanto, o Senhor Deputado, repito, repito, (estamos a falar neste caso concreto que a câmara propõe que não se aceite as competências) aceita o princípio, diz que vai votar a favor do princípio, diz que não sabe se o município tem ou não tem capacidade para levar a cabo o cumprimento do princípio, e até reconhece que muito provavelmente o município não tem as competências, mas ainda assim vota a favor. Repito, quer que eu lhe faça um desenho?-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Não havendo mais nenhum pedido para uso da palavra, tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **NOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados. Muito sinteticamente, uma coisa é o princípio, outra coisa é a prática. Nós podemos estar todos de acordo em relação ao princípio, mas quando passamos do princípio à sua aplicação prática temos que ter dados objetivos. O que eu direi é que o Senhor Deputado Rafael Amaro fez a maior crítica que eu alguma vez vi fazer ao comportamento do governo neste processo, porque vem dizer que o Presidente da Câmara devia ter trazido aqui um relatório bem elaborado que permitisse, vamos ou não aceitar. Olhe, eu até este momento não sei quais são os recursos da Administração Central que vão ser transferidos para a autarquia nas diferentes matérias. Até este momento sei que por exemplo que na Área da Saúde foram elencadas um conjunto de pessoas que passariam para a autarquia, mas sei que existe um défice para aí de 20 ou 30 pessoas no próprio serviço da Administração Pública. Até este momento não temos conhecimento do envelope financeiro devidamente estruturado que nos permita saber exatamente se podemos ou não cobrir os custos. Por exemplo, na Área da Saúde, ontem, na deliberação que tomámos, as 20 viaturas que hoje estão ao serviço da saúde, acho que só uma é que está em condições. Então, nós vamos aceitar 20 viaturas que têm que ir para a sucata, e termos que assumir logo a compra de 20 viaturas novas? Não sabemos como é que o governo quer assumir por exemplo a qualificação de alguns edifícios que querem passar para as autarquias. Acha que qualquer cidadão com

responsabilidades como o Presidente da Câmara e a sua equipa vão aceitar competências das quais não sabem em que é que vai ficar? Porque, há aqui questões? Nós devemos primeiro dizer: Fazemos melhor ou não fazemos melhor do que a Administração Central? Se me disserem assim: Recebam lá competências no domínio das Defesas. Eu não quero competências nenhuma no domínio da Defesa, são competências que são seguramente melhor exercidas do ponto de vista da Administração Central. E depois de percebermos se fazemos melhor ou não do que a Administração Central ou a Administração desconcentrada é preciso depois responder à segunda pergunta. Como é que nos vamos articular com a Administração Desconcentrada e com a Administração Central? E até numa perspetiva para não haver aqui uma duplicação. A ideia peregrina que vem aqui defender que, se a câmara não está organizada para este serviço, devia-se ter organizado. Para que é que a câmara vai estar a criar um serviço que é exercido pela Administração Central? Eu ainda não sei neste momento quantos funcionários da Administração Central que estão alocados ao território de Viseu, o Governo pretende transferir para a autarquia para o exercício dessas funções. Então, agora, vou contratar 20 ou 30 pessoas duplicando aquilo que a Administração Central tem instalado no terreno. Esta é que é uma decisão racional? Enfim, ó Senhor Deputado Rafael Amaro esperava muito mais da sua intervenção. Eu resumiria a isto: Se fossemos pela sua sugestão, do Partido Socialista que aliás, têm demonstrado uma irresponsabilidade imensa, era: Aceitem lá a competência independentemente do município poder ir à ruína pelo facto de aceitar a competência, ou de poder no dia seguinte estar a prestar um pior serviço do que aquele que estava a ser prestado. Esse é o vosso princípio, não é o nosso princípio. Nós estamos a encarar isto com responsabilidade e vamos até ao fim com este sentido de responsabilidade. Já agora, ó Senhora Deputada Filomena Pires, quando vai comprar maçãs, já percebi, compra uma boa e uma podre que é para equilibrar a coisa não é? É isso que faz! Porque no fundo foi isso que colocou em nós. Obviamente que há um processo, e eu acompanhei, e até quero elogiar aqui o seu camarada Alfredo Monteiro que dentro da Associação Nacional de Municípios mesmo não concordando algumas vezes com os princípios teve sempre uma postura construtiva e não deixou de intervir em todas as matérias que foram decididas, e isso é positivo. Votou contra no final, mas participou ativamente em todas elas, e reconhecendo ele próprio, como sei que há pessoas do Partido Comunista que o reconhecem, que, é preferível transferir para a Administração Local algumas competências do que as deixar na Administração Central, já o provámos por exemplo no domínio educativo. Hoje no pré-escolar e no básico prova-se que nós fazemos muito melhor trabalho que o Estado Central, só que há uma questão, é que estamos a gastar três vezes mais em transportes escolares que o dinheiro que o Estado Central nos está a transferir no âmbito da descentralização de competências, estamos a gastar três vezes mais na alimentação escolar do que aquilo que foi a transferência da Administração Central no âmbito da descentralização de competências, é que há aqui exemplos que vêm detrás, algum Presidente de Câmara ou algum Presidente de Junta deixará de responder aquilo que são os anseios das populações que estão à sua frente? Obviamente que quando se passa da Administração Central para a Administração Local há aqui uma assunção de responsabilidades que cria uma pressão maior do ponto de vista da resposta, portanto, nós não podemos cegamente aceitar um processo que não está correto. O correto neste momento é que se tivesse invertido aqui algumas posições em vez desta pressa. Eu explico porque é que isto está a acontecer: O Governo quer chegar às eleições, às próximas que estão aí e dizer que este processo foi um sucesso, porque uma percentagem das autarquias aceitaram a delegação de competências. O problema é que estamos a sacrificar o objetivo prático do benefício para os cidadãos ou o objetivo tático da política, este é que é o erro deste processo, este processo como está previsto que só entra em funcionamento pleno em 2020, devia ser tratado com toda a tranquilidade como nós estamos a procurar tratá-lo, e sem estas pressas que o governo procura colocar aqui, e para decidirmos, daí que até o junho fosse indicado, nós tínhamos que ter na nossa mão todas as listagens de todos os

envelopes financeiros por matéria, depois ter a relação dos funcionários que o Estado Central pretende passar para as Autarquias Locais, e os meios. Por exemplo, na Segurança Alimentar, só em termos de equipamentos, é preciso fazer um grande investimento em equipamentos. Faz sentido a autarquia de Viseu estar a fazer investimento em equipamentos se eles existem e estão no âmbito da Administração Central? Não faz sentido nenhum. Então, isto é construir a casa por, enfim, assim já nem é pelo telhado, eu diria que é pela goteira, é construir a casa pela goteira, portanto, eu não consigo perceber este sentido irresponsável de dizer: Aceitem lá e depois logo se vê. Aceitem lá e depois logo se vê. Se isto for uma ruína, enfim, depois logo se vê, e portanto, este tem sido o princípio. Só no caso da Saúde em bom rigor, chegamos a esta altura do campeonato, e a única situação que sabemos de pacote financeiro proposto pelo governo é na Saúde, o único até ao momento, e é ruinoso. Olhe, até há custos que não estão pagos de valores substanciais que não estão lá indicados. O governo baseia-se no investimento feito no último ano, quando nós sabemos como é que têm sido as cativações nestes últimos 3 anos, o que significa que há aí serviços que estão a rebentar pelas costuras em que o governo diz assim à Autarquia de Viseu: Aceitem lá esta competência mesmo sabendo que não tem pessoal nesses serviços, e mesmo sabendo que não fez o que tinha que fazer, e que há obras urgentes, e que há situações em que estão a rebentar pelas costuras. Acha que é responsável que um Presidente da Câmara, depois da análise obviamente dos serviços, eu não faço isto sozinho, em todas as matérias obviamente que nos serviços foram analisadas. Acha que era responsável eu vir aqui de uma forma cega aceitar competências para o município sabendo que há estes vícios todos na sua base? Enfim, eu acho que aqui tem que haver o mínimo de decoro, porque senão seriam os senhores que viriam aqui daqui a um mês ou dois dizer assim: Irresponsabilidade do Presidente da Câmara de Viseu que aceitou uma competência quando a câmara não tinha capacidade para a desenvolver, e aceitou uma competência que trouxe prejuízos grandes ao próprio município. Não, acima de tudo, olhe, acho que aqui, e termino dizendo isto:-----

Primeiro os cidadãos. É melhor ou não é melhor para os cidadãos?-----  
Segundo, é mais eficaz ou é menos eficaz?-----

Em terceiro lugar, evitar duplicações, não é, por senão a determinada altura este movimento pode ter um efeito perverso, que é, as transferências serem enviadas para as autarquias e termos dois estados. As autarquias preparam-se para receber a competência e o Estado Central vai continuar a ter as pessoas alocadas a essas competências, isto não é descentralização, por isso é que há aqui um pecado capital que eu tenho referido sempre, é que antes de partirmos para este caminho devia ter havido primeiro uma reflexão de qual é o modelo da Organização do Estado, que Estado é que nós queremos. E acho que um princípio de descentralização devia ter vindo acompanhado de um princípio de regionalização, e aí as coisas estavam a ser feitas como deve ser, mas para já, nós também temos que ir respondendo à medida que as coisas nos vão aparecendo e portanto, o que lhe quero dizer é que nós vamos procurar sempre fazer as coisas como deve ser. Já agora, tranquilizar a Deputada Filomena Pires que o Museu Grão Vasco... Senhora Deputada Filomena Pires, estou a dar-lhe uma informação que acho que é importante para si, o Museu Grão Vasco, o Arquivo Distrital não estão neste pacote da descentralização da cultura, são aliás, estruturas nacionais. Não, na leitura da Lei, essas estruturas nacionais não passam, a única coisa que a Câmara de Viseu está a receber com esta descentralização de competências na Cultura é a Cava de Viriato, que fique bem claro, é a única questão, e está a receber algumas competências que fazem sentido, por exemplo: A autorização de espetáculos, licenciamento de espetáculos. Faz lá sentido que uma instituição que está em Lisboa, tão longe, esteja aqui a autorizar algo que não sabe muito bem o que é que se está a passar no terreno? Estamos a falar de coisas que efetivamente mais facilmente poderão ser desenvolvidas por nós do que pelo Estado Central. E portanto, eram estas as questões que eu gostava também de esclarecer, e portanto, reforçar mais uma vez, se o Estado Central está organizado e tem um serviço, então que transfira. Neste caso da Proteção



Animal, há serviços organizados que são aqui do território, e o que faz sentido é que esses serviços na sua totalidade passem para dentro da autarquia trazendo os equipamentos, trazendo as competências, para nós podermos desenvolvê-los. A verdade é que nada disso está a ser dito, e portanto, o que pode acontecer é: A autarquia inicia um processo de recrutamento, um processo de compra e depois ficam ali ao lado coisas abandonadas. Comigo escusam de contar para estas coisas. Irracionalidade não, e enfim, chegar ao ponto de dizer, vamos assumir isto, não importa quanto custa, é o que tem sido a posição do Partido Socialista quer no executivo quer aqui na Assembleia Municipal. Aceitem porque é um princípio, foi aprovado por o governo, aceitem lá toda a delegação de competências, o que vai custar depois logo se vê. Mas nós também estamos habituados a esse tipo de governação, não interessa o que se gasta, depois no futuro alguém há-de pagar, sempre foi esta a forma de gestão do Partido Socialista.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Iriamos então colocar à votação o PONTO UM (1) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO-LEI N.º 22/2019, DE 30 DE JANEIRO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA CULTURA, AO ABRIGO DO ARTIGO 15º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO - PROPOSTA DE ACEITAÇÃO. Quem vota contra? Quem vota a favor? Quem se abstém? Aprovado com dois (2) votos contra. (Anexo 1 – Registo nominal das votações, páginas 193/194).-----

Íamos então ao PONTO DOIS (2) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO-LEI N.º 20/2019, DE 30 DE JANEIRO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DE PROTEÇÃO E SAÚDE ANIMAL E DE SEGURANÇA DOS ALIMENTOS, AO ABRIGO DO ARTIGO 24º E 25.º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO - PROPOSTA DE NÃO ACEITAÇÃO. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Proposta aprovada com nove (9) votos contra. (Anexo 1 – Registo nominal das votações, páginas 195/196).-----

Não havendo mais nenhum ponto na Ordem de trabalhos, terminámos assim os nossos trabalhos. Obrigado a todos. Bom dia.-----

E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente da Mesa dá por encerrada a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu, realizada no dia vinte e dois de março de dois mil e dezanove, quando eram dez horas e trinta e quatro minutos.-----

Do que se passou, lavrou-se a presente Ata, que inclui um total de 4 páginas anexas, que vai ser assinada por mim, \_\_\_\_\_, Primeiro Secretário e pelo Senhor Presidente, nos termos do artigo quinquagésimo sétimo do Regimento em vigor. ---

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

\_\_\_\_\_  
(José Manuel Henriques Mota Faria)

## ANEXO 1



## Sessão Extraordinária de 22 de março de 2019

## REGISTO DAS VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 1 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 22 de março de 2019, que deliberou aprovar por 48 votos a favor e 2 (dois) votos contra - Viseu, 22/03/2019					
DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO-LEI N.º 22/2019, DE 30 DE JANEIRO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA CULTURA, AO ABRIGO DO ARTIGO 15º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO - PROPOSTA DE ACEITAÇÃO							
nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro							
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
3 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Ana Paula dos Reis Madeira		X			
6 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira		X			
7 PPD/PSD		João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
8 PPD/PSD		Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
9 PPD/PSD		António Manuel Esteves Loureiro		X			
10 PPD/PSD		Sofia Daniela Pereira Mesquita		X			
11 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
12 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
13 PPD/PSD		Adolfo César Cardoso Seixas Lopes Pereira		X			
14 PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15 PPD/PSD		Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
16 PPD/PSD	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
17 PPD/PSD	UF BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
18 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
20 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
22 PPD/PSD	CÔTA	Joaquim Polónio Lopes		X			
23 PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida	X				
24 PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ	José António Marques Seabra Figueiredo		X			
25 PPD/PSD	FRAGOSELA	António de Almeida Jesus Lopes		X			
26 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
27 PPD/PSD	MUNDÃO	Luís Carvalho Duarte		X			
28 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
29 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
30 PPD/PSD	S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
31 PPD/PSD	RIBAFEITA	Rosa Maria Poceira Regalo Ferreira		X			
32 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			

## ANEXO 1



## Sessão Extraordinária de 22 de março de 2019

## REGISTO DAS VOTAÇÕES

<b>Votação da Proposta inscrita no PONTO 1 da Ordem de Trabalhos</b>		DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO-LEI N.º 22/2019, DE 30 DE JANEIRO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA CULTURA, AO ABRIGO DO ARTIGO 15º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO - PROPOSTA DE ACEITAÇÃO  nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro		<b>Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 22 de março de 2019, que deliberou</b> <i>apoiar por 48 votos a favor e 2 (dois) votos contra</i> <b>_Viseu, 22/03/2019</b>			
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
33 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X				
34 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Sandra Isabel de Abreu Soares Gomes		X			
35 PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurêlio Pereira Lourenço		X			
36 PPD/PSD	WISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
37 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
38 PS		Alberto Gonçalves da Ascensão		X			
39 PS		Manuel José Moleiro Mirandez		X			
40 PS		Carlos Martins dos Santos Portugal		X			
41 PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
42 PS		Gonçalo Amandio Ginestal M. M. Albuquerque		X			
43 PS		Cristofe Pedrinho		X			
44 PS		Cristina de Almeida Lourenço Varandas		X			
45 PS		Raul Andrade Lopes Bordalo Junqueiro		X			
46 PS	S. JOÃO LOUROSA	Manuel Armando Ferreira Fernandes		X			
47 PS	SILGUEIROS	Luis Miguel Figueiredo Lopes		X			
48 CDS/PP		Francisco André Dinis Reis Mendes da Silva		X			
49 BE		Catarina Alexandra Vieira e Castro Rodrigues			X		
50 CDU		Maria Filomena de Matos Pires			X		
51 Independente	ORGENS	Mauro Henrique Alexandre Figueiredo Esteves		X			
52 Independente	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado			2	48	2	0	0

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses

## ANEXO 2



## Sessão Extraordinária de 22 de março de 2019

## VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 2 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 22 de março de 2019, que deliberou					
DISCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO-LEI N.º 20/2019, DE 30 DE JANEIRO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DE PROTEÇÃO E SAÚDE ANIMAL E DE SEGURANÇA DOS ALIMENTOS, AO ABRIGO DO ARTIGO 24.º E 25.º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO - PROPOSTA DE NÃO ACEITAÇÃO		<p>na alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro</p> <p>nos termos e para os efeitos do disposto</p> <p>na alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro</p>					
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
3 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Ana Paula dos Reis Madeira		X			
6 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira		X			
7 PPD/PSD		João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
8 PPD/PSD		Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
9 PPD/PSD		António Manuel Esteves Loureiro		X			
10 PPD/PSD		Sofia Daniela Pereira Mesquita		X			
11 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
12 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
13 PPD/PSD		Adolfo César Cardoso Seixas Lopes Pereira		X			
14 PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15 PPD/PSD		Bruno Videira de Albuquerque Fernandes		X			
16 PPD/PSD	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
17 PPD/PSD	UF BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
18 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
20 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21 PPD/PSD	CAVERNÂES	Jorge Anselmo Martins		X			
22 PPD/PSD	CÔTA	Joaquim Polónio Lopes		X			
23 PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida	X				
24 PPD/PSD	FÁIL VILA CHÃ SÁ	José António Marques Seabra Figueiredo		X			
25 PPD/PSD	FRAGOSELA	António de Almeida Jesus Lopes		X			
26 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
27 PPD/PSD	MUNDÃO	Luís Carvalho Duarte		X			
28 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
29 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
30 PPD/PSD	REPESES S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
31 PPD/PSD	RIBAFEITA	Rosa Maria Poceira Regalo Ferreira		X			



## ANEXO 2



## Sessão Extraordinária de 22 de março de 2019

### VOTAÇÕES

<b>Votação da Proposta inscrita no PONTO 2 da Ordem de Trabalhos</b>			<b>Referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 22 de março de 2019, que deliberou</b> <i>aprovou por 41 votos a favor e 9 (nove) votos contra</i> <b>Viseu, 22/03/2019</b>				
<small>DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS - DECRETO-LEI N.º 20/2019, DE 30 DE JANEIRO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DE PROTEÇÃO E SAÚDE ANIMAL E DE SEGURANÇA DOS ALIMENTOS, AO ABRIGO DO ARTIGO 24.º E 25.º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO - PROPOSTA DE NÃO ACEITAÇÃO</small>							
<b>nos termos e para os efeitos do disposto</b>							
<small>na alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro</small>							
<b>GRUPO MUNICIPAL</b>	<b>FREGUESIA</b>	<b>NOME</b>	<b>FALTA</b>	<b>FAVOR</b>	<b>CONTRA</b>	<b>ABSTENÇÃO</b>	<b>AUSENTE</b>
32 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
33 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X				
34 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Sandra Isabel de Abreu Soares Gomes		X			
35 PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
36 PPD/PSD	VEISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
37 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro			X		
38 PS		Alberto Gonçalves da Ascensão			X		
39 PS		Manuel José Moleiro Mirandez			X		
40 PS		Carlos Martins dos Santos Portugal			X		
41 PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes			X		
42 PS		Gonçalo Amandio Ginestal M. M. Albuquerque			X		
43 PS		Cristofe Pedrinho			X		
44 PS		Cristina de Almeida Lourenço Varandas			X		
45 PS		Raul Andrade Lopes Bordalo Junqueiro			X		
46 PS	S. JOÃO LOUROSA	Manuel Armando Ferreira Fernandes		X			
47 PS	SILGUEIROS	Luís Miguel Figueiredo Lopes		X			
48 CDS/PP		Francisco André Dinis Reis Mendes da Silva		X			
49 BE		Catarina Alexandra Vieira e Castro Rodrigues		X			
50 CDU		Maria Filomena de Matos Pires		X			
51 Independente	ORGENS	Mauro Henrique Alexandre Figueiredo Esteves		X			
52 Independente	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
<b>Resultado</b>			<b>2</b>	<b>41</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses